

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA                              |                  |                                    |
|--|------------------|------------------------------------|
| ID da proposta   | Processo         | Atividade / Procedimento           |
| <b>PR/2026/1508</b>                                    | <b>1983/2026</b> | <b>Proposta à Câmara Municipal</b> |
| Unidade Administrativa                                 |                  |                                    |
| <b>DU - [INTERNO]</b>                                  |                  |                                    |
| Propósito  |                  |                                    |
| <b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b> |                  |                                    |
| Órgão/Cargo que resolve                                |                  |                                    |
| <b>Câmara Municipal de Braga</b>                       |                  |                                    |

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

#### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## DECISÃO

**Processo:** 5176/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/1357 de 14 de Janeiro de 2026.

### RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual."

### Despachos

- A 13/01/2026,  
"Subcrevo"

na qualidade de Diretor de Departamento:

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**PROCESSO:** 5176/2025

**REGISTO DE ENTRADA:** 2026-E-RE-815

**REQUERENTE:**

**LOCAL DA OBRA:** Rua de São Domingos, n.º 89, 91 e 93 - Fração A Ent:93 Braga 4710-435 Braga Portugal

**ASSUNTO:** Licenciamento de obras de edificação - - Especialidades

DU - DGPU [GP9]

**INFORMAÇÃO TÉCNICA - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR DOS PROJETOS DAS ESPECIALIDADES**

**1. CARATERIZAÇÃO DA PRETENSÃO**

O requerente, através do registo de entrada n.º 2026-E-RE-815, de 13/01/2026, apresenta os **projetos das especialidades**, relativos à obra de alteração e ampliação de habitação unifamiliar, integrada na fração autónoma A, a levar a efeito no prédio sito na Rua de São Domingos, n.º 89, 91 e 93 - Fração A Ent:93 Braga 4710-435 Braga, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga, sob o n.º 1383/19960212, inscrito na matriz de natureza urbana, sob o artigo n.º 4195.

**2. ANÁLISE**

**2.1. Projeto de arquitetura**

**2.1.1.** O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado pelo despacho 2025-12148 de 28/08/2025.

**2.2. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica**

**2.2.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.3. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica**

**2.3.1.** Apresentou termo de responsabilidade pelo projeto e ficha eletrotécnica da instalação elétrica, nos termos da subalínea i), da alínea a) do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, alterado pela Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto, constituindo título bastante para efeitos de aplicação do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual.

**2.4. Projeto de instalação de gás**

**2.4.1.** Apresentou elementos a solicitar a isenção de projeto de gás, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro. Nos termos do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, são revogados os pontos 1 e 2, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, na sua atual redação, relativamente à obrigatoriedade de instalação de rede de gás.



## **2.5. Projeto de abastecimento de água**

**2.5.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.5.2.** O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo 2026-S-RE-2637 de 13/01/2026.

## **2.6. Projeto de águas residuais**

**2.6.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.6.2.** O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do resisto 2026-S-RE-2637 de 13/01/2026.

## **2.7. Projeto de águas pluviais**

**2.7.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

## **2.8. Projeto de arranjos exteriores**

**2.8.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

## **2.9. Projeto de infraestruturas de telecomunicações**

**2.9.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

## **2.10. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético**

**2.10.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.10.2.** Apresentou o pré-certificado energético, SCE392182732, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.

## **2.11. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)**

**2.11.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

## **2.12. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios**

**2.12.1.** Apresentou ficha de segurança contra incêndios em edifícios.

## **2.13. Projeto de condicionamento acústico**

**2.13.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

## **3. PROPOSTA**

Analisados os elementos constantes do presente processo constata-se que o presente pedido de **Licenciamento de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades** se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do disposto ao abrigo do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

**3.1.** Face ao anteriormente exposto, constata-se que os **Projetos das Especialidades** se encontram corretamente instruídos, tendo sido apresentados os documentos exigíveis e considerados necessários à análise da pretensão, pelo que se propõe deferimento do **pedido de licenciamento** de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades;



**3.2.** Após informação superior e despacho, deverá notificar-se o requerente para, no prazo máximo de 1 ano, apresentar requerimento e respetivos elementos instrutórios previstos no n.º 21, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, para o pagamento de taxas e emissão do respetivo recibo que tutela a operação urbanística.

#### **4. CONDICIONAMENTOS GERAIS**

**4.1.** Satisfação das condições estabelecidas **pela DCHPA - Unidade de Arqueologia, vertidas no teor da informação técnica registada 2025-2675 de 04/02/2025**, nomeadamente:

**4.1.1.** A presente informação, relaciona-se com o registo com o numero de entrada 2025-E-R-2439.

**4.1.2.** A solicitação em referência, possui por objetivo o licenciamento de obras de demolições e reconstrução/ampliação de uma estrutura construída em cota negativa, no logradouro de um imóvel situado junto ao traçado proposto para um eixo viário secundário que, à época, faria a ligação entre as antigas Vias Romanas XVII e XVIII, do Itinerário Antoniano e, consequentemente, implantado em zona urbana cujo subsolo é, no contexto da avaliação para a salvaguarda do património arqueológico concelhio, considerado muito sensível.

**4.1.3.** Programando o projeto de arquitetura em licenciamento, substanciais alterações do subsolo existente no seu logradouro (rebaixamento do nível de ocupação catual, para a criação de um átrio exterior), propõe-se que, todas as obras, com impacto no subsolo, sejam acompanhadas arqueologicamente, trabalhos estes, devidamente autorizados, pelo Património Cultural, I.P. (PC, I.P.).

#### **4.2. Mais se propõe que:**

a) O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º 5, do Código Regulamentar do Município de Braga).

b) O promotor da obra entregue, ao Município, cópia do Relatório, devidamente validado pela tutela,

dos Trabalhos desenvolvidos no âmbito da condicionante arqueológica.

**4.2.1.** À luz do disposto na n.º 3 e 4, do art.º 79.º do Dec. Lei 107, de setembro de 2001, os promotores das obras ficam obrigados a suportar os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projetos.

**4.2.2.** Caso surjam durante os trabalhos em referencia, vestígios arqueológicos achados de interesse científico e/ou patrimonial, dever-se-á aplicar a metodologia achada mais adequada ao seu correto estudo e conservação. A este respeito refira-se que, conforme o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do art.º 79.º da Lei anteriormente referida, os serviços da administração culturais condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas

descobertas no decurso dos trabalhos.

#### **5. INICIO DOS TRABALHOS**





SOA A FUTURO.

**5.1.** De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

DU - DGPU [GP9]

## DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

